

REQUERIMENTO Nº 225/2025

Senhor Presidente,

REQUEREMOS à Mesa, regimentalmente, nos termos do artigo 17 da LOMA, solicitadas ao Senhor Prefeito do Município, a fim de enviar a esta Casa, dentro do prazo estabelecido no art. 74, XVI da LOMA, informações a respeito das **ações de fiscalização, acompanhamento e controle** realizadas pelo Poder Executivo Municipal sobre a concessionária **Energisa Sul-Sudeste**, responsável pelo fornecimento de energia elétrica no município.

O pedido fundamenta-se nas recorrentes reclamações da população, no elevado número de interrupções do serviço e na necessidade de garantir a adequada atuação do Poder Concedente.

Solicita-se, em especial:

1. SOBRE FISCALIZAÇÃO DO EXECUTIVO

1.1. O Poder Executivo realizou, nos últimos 11 meses, **alguma fiscalização formal** sobre os serviços prestados pela Energisa no município?

1.2. Caso afirmativo, solicita-se **cópia integral** dos relatórios, vistorias, pareceres ou documentos produzidos pelo setor competente.

2. SOBRE NOTIFICAÇÕES E PROVIDÊNCIAS

2.1. A Prefeitura **notificou formalmente** a Energisa em razão de quedas, oscilações, má qualidade do serviço ou falhas de atendimento?

2.2. Em caso afirmativo, anexar cópias das notificações e das respostas recebidas.

2.3. Houve aplicação de **advertências, sanções, penalidades, multas administrativas ou recomendações** por parte do Executivo à concessionária?

2.4. Existiu alguma reunião oficial entre Prefeitura e Energisa com pauta voltada à melhoria da qualidade do fornecimento? Anexar atas, ofícios ou registros.

3. SOBRE O DEVER LEGAL DO PODER CONCEDENTE

3.1. Qual setor da Prefeitura é **responsável pela fiscalização da concessão de energia elétrica** no município?

3.2. Esse setor possui equipe técnica estruturada para acompanhar as ações da concessionária?

3.3. Existe **plano municipal de fiscalização** periódica?

3.4. Existe **controle de indicadores locais** (interrupções, reclamações, DEC/FEC) para embasar ações do Executivo?

4. SOBRE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

4.1. A Prefeitura mantém canal direto com a Energisa para tratar de falhas críticas?

4.2. Há **programa de acompanhamento** dos investimentos e manutenções prometidos pela Energisa para Adamantina?

4.3. O Executivo monitora o cumprimento das **obrigações contratuais e regulatórias** da concessionária?

5. SOBRE AÇÕES PREVENTIVAS

5.1. Quais medidas o Executivo adotou para **exigir melhorias estruturais** na rede de distribuição da cidade?

5.2. Há previsão de solicitar reforço de rede, troca de equipamentos antigos, substituição de cabos ou revisão de transformadores?

5.3. O Executivo acompanha a **execução real** desses serviços?

Justificativa

O fornecimento de energia elétrica em Adamantina apresenta **graves falhas**, com interrupções constantes, oscilações frequentes e necessidade diária de manutenções emergenciais.

A concessionária Energisa registrou **757 interrupções**, número extremamente elevado e incompatível com a estabilidade mínima esperada de um serviço essencial.

Diante deste cenário, torna-se necessário compreender **como o Poder Executivo Municipal — na condição de Poder Concedente — tem exercido a fiscalização**, conforme previsto pela legislação e pelos princípios da administração pública.

A transparência quanto às ações do Executivo é fundamental para que o Poder Legislativo cumpra seu dever fiscalizatório e para que a população receba um serviço adequado, contínuo e eficiente, conforme dispõe o art. 22 do Código de Defesa do Consumidor e a Resolução ANEEL nº 1000/2021.

Plenário Vereador José Ikeda, 17 de novembro de 2025.

MARIA GABRIELA COSTA CALIL BEARARE

Vereadora

MARTA DE ALMEIDA BEZERRA

Vereadora

MARY ALVES DOS SANTOS

Vereadora

CID JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS

Vereador